

Revista **FONTES DOCUMENTAIS**

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES NO ARQUIVO NACIONAL: A CONCEPÇÃO DE DOCUMENTO HISTÓRICO NAS PUBLICAÇÕES TÉCNICAS (1958 – 1964)

*PEDAGOGICAL JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES AT THE NATIONAL ARCHIVES:
THE CONCEPTION OF THE HISTORICAL DOCUMENT IN THE TECHNICAL PUBLICATIONS
(1958–1964)*

DOI: 10.9771/rfd.v7i0.70000

Bianca Alves de Siqueira

Mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Graduada em História pela UNIFESP.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3380-1946> Email: biancasiqueira.b@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objeto de estudo as mudanças na concepção de documento histórico, através das apresentações, notas preliminares e prefácios, escritos por José Honório Rodrigues para a série Publicações Técnicas do Arquivo Nacional. Tais publicações foram editadas entre os anos de 1959 e 1963, período praticamente concomitante à direção de Rodrigues no Arquivo Nacional (1958-1964). Vale dizer que a gestão de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional e, em especial, a promoção das Publicações Técnicas constituíram a base para a formação dos primeiros profissionais de arquivos no Brasil.

Palavras-chave: Arquivo Nacional; História; Documento; Arquivologia; Teoria da História; José Honório Rodrigues.

ABSTRACT

The present article examines the changes in the conception of the historical document through the introductions, preliminary notes, and prefaces written by José Honório Rodrigues for the *Technical Publications* series of the National Archives of Brazil. These publications were issued between 1959 and 1963, a period that coincides almost entirely with Rodrigues's directorship of the National Archives (1958–1964). It is worth noting that Rodrigues's administration, and in particular the promotion of the *Technical Publications* series, constituted the foundation for the training of the first archival professionals in Brazil.

Keywords: National Archives of Brazil; History; Document; Archival Science; Theory of History; José Honório Rodrigues.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de estudo as mudanças na concepção de documento histórico, através das apresentações, notas preliminares e prefácios, escritos por José Honório

Rodrigues para a série Publicações Técnicas do Arquivo Nacional. Acrescento que tais publicações foram editadas entre os anos de 1959 e 1963, pela então chamada Turma de Publicações, a primeira equipe formal da instituição responsável por uma atividade editorial sistêmica. (Simões, 2013).

Como então diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues é peça fundamental desta pesquisa, sua trajetória e dados biográficos forneceram as reflexões substanciais para compressão do impacto causado no decurso da curta passagem como diretor, de maneira que sua apreciação pelo método, a preocupação com a pesquisa e o encanto pela história, transformaram os conceitos acerca do documento histórico, dentro da instituição de maior referência quanto ao desenvolvimento das técnicas nacionais de arquivística.

Sendo assim, o objetivo é compreender como a atuação de Rodrigues na direção renovou as concepções do documento histórico, como ressignificou esse documento através das práticas de trato documental no Arquivo Nacional.

Pensar a trajetória de José Honório Rodrigues como historiador, profissional e estudioso e como esta influenciou as leituras sobre documentação, posição e função do arquivo na sociedade, como suas experiências anteriores no Instituto do Nacional Livro e Biblioteca Nacional, os intercâmbios em instituições de guarda internacionais e o contato com profissionais da área, como Theodore Roosevelt Schellenberg e Henri Boullier de Branche, tiveram impacto sobre sua passagem no Arquivo Nacional. Além, de como essa passagem e as Publicações Técnicas foram base para o início da Arquivologia no Brasil.

As principais fontes foram as Publicações Técnicas, datadas de 1959 a 1963. Ambas estão disponíveis na Biblioteca Maria Beatriz Nascimento, mas apenas para consulta local, ademais, também se encontram em institutos dispersos na Universidade de São Paulo, esses acessíveis, mas também por consultas locais e agendadas.

De acordo com Mariana Simões, o "processo de renovação da arquivística brasileira pode ser percebido, entre outras ações, na iniciativa da série Publicações Técnicas"(Simões, 2013, p.9), reiterando a importância do estudo dessas publicações.

As Publicações Técnicas possuem 27 títulos. Com exceção do exemplar escrito por José Honório Rodrigues – A Situação do Arquivo Nacional -, todas são traduções de grandes referências internacionais. Dentre os autores estão Theodore Roosevelt Schellenberg, Jacques Levron e Jaqueline Mandy, Ernest Posner, Michel Duchein, Riccardo Filangiere, Oliver W. Holmes e Bertrand Gille, Randolph W. Crutch, Robert H. Bahmer, J. Mady e Robert-Henri, Odon Saint Blanquat, Robert Land, Ken Munden, Woward H. Peckham e Bell Irvin Wiley, Curtis W.

Garrison e Dorothy Arbauch, Henri Boullier de Branche, Henri Charnier, Hilary Jenkinson, Robert Marquant, Etienne Sabbe e por fim Samuel Muller, Johan Adrian e R. Fruin.

José Honório Rodrigues participou ativamente de todas as publicações, sobretudo, escrevendo apresentações, prefácios ou notas preliminares; são estas as fontes principais para compreensão da ressignificação do conceito de documento histórico nessa pesquisa.

Buscamos analisar as concepções de documentos encontradas ao longo dos escritos introdutórios de Rodrigues para as Publicações Técnicas. Utilizamos da análise e compreensão dos conceitos que envolvem tanto Teoria da História quanto a Arquivística. Da Teoria da História no que desrespeito a metodologia histórica/documento histórico, baseamo-nos em *História e Memória* de Jaques Le Goff (2003). E referente a arquivística, a metodologia arquivística/documento permanente, baseamo-nos em trabalhos consagrados da área, como *Arquivos Permanentes e Dicionário de terminologia arquivística*.

Dialogar com a bibliografia existente de Teoria da História e Arquivística com as fontes analisadas, as leituras e considerações a despeito das apresentações, notas preliminares e prefácios escritos por Rodrigues para as Publicações Técnicas, para então entender as concepções do autor acerca do documento histórico.

Para isso foi necessária a consulta das fontes nos institutos da Universidade de São Paulo e a digitalização dessas publicações. Para compreendê-las melhor, sistematizamos os dados e planilhamos as informações, um dos resultados dessa pesquisa, onde se reúnem as informações comparativas das Publicações Técnicas.

Além da sistematização quantitativa das Publicações Técnicas, realizamos uma análise textual interpretativa das apresentações, notas liminares e prefácios escritos por José Honório Rodrigues. Buscamos identificar, nesses documentos, enunciados e categorias que expressam sua concepção de documento histórico, relacionando-os aos debates da Teoria da História e aos princípios da Arquivologia. Essa leitura foi orientada pela análise de conteúdo, privilegiando a comparação entre trechos recorrentes, conceitos-chave e argumentos que evidenciam a articulação entre prática administrativa e reflexão historiográfica.

2 O DOCUMENTO HISTÓRICO NAS PUBLICAÇÕES TÉCNICAS (1958 – 1964)

Com a revolução documental, da década de 1960, o aumento quantitativo da documentação, cada vez mais fez-se necessário olhar o todo, a série. Para Le Goff (2003) as mudanças que ocorrem na metodologia histórica são acompanhadas de uma mudança na documentação.

De acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, série é uma “subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma seqüência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto” (Camargo; Bellotto; Botani, 1996, p.153), assim o conjunto revela informações que muitas vezes não se encontram no documento isolado.

A revolução documental que traz à tona diversos outros documentos, de diferentes tipologias, formatos, espécies, para além do documento textual, também cria a possibilidade dos historiadores lançarem um novo olhar sobre os documentos de arquivos: o caráter serial desses documentos passa a ser valorizado, as questões relativas à sua autenticidade e imparcialidade também permitem a discussão de novos problemas, o desenvolvimento de novas metodologias e perspectivas de análise.

Bem, é exatamente essa uma das funções do arquivo, preservar o conjunto, não deixar as informações da documentação como as da série se percam. Para isso, a gestão e a equipe técnica precisam ter clareza dos processos de seleção, eliminação, recolhimento, classificação e difusão. O estudo da concepção de documento histórico e administrativo mostra sua importância, uma vez que vai pautar todo esse processo dentro do arquivo, mas que impacta diretamente na História e na historiografia.

Para o escopo aqui estudado, no final da década de 1950 e início da década de 1960, Rodrigues mostrava-se a par do debate historiográfico e arquivístico internacional. Para além disso, conseguiu aplicar os conceitos estudados ao caso brasileiro. Com base em sua experiência e estudo do contexto internacional, Rodrigues abarcou e compreendeu o que sua vivência poderia trazer para o Brasil. Dentre essas contribuições, estão a visão e percepção do que é o documento permanente e a necessidade do recolhimento, seleção e eliminação.

No que concerne à definição de documento permanente, podemos utilizar essa denominação, diante da própria descrição de José Honório Rodrigues em *A Situação do Arquivo Nacional*, fica claro que os arquivos públicos, ao conservarem os documentos de valor permanente, mereciam cuidado especial. Estes não foram criados apenas "para descarregar as administrações de guarda e utilização de seus papéis", mas também de "servir duradouramente ao Governo, a Administração e ao Povo nas suas buscas de provas e documentos de interesse legal e administrativo, e subsidiariamente aos historiadores nas suas investigações históricas" (Rodrigues, 1959a, p.13). Fica evidente, nesse trecho, o entendimento do diretor acerca dos valores probatório e informativo.

A atuação de Rodrigues vem no sentido de atualizar o conceito de documento histórico que norteia a ação do Arquivo Nacional, inspirado não apenas nos Annales, mas também nos estudos contemporâneos da Arquivologia.

Os valores probatório e informativo desenvolvidos por Heloísa Liberalli Bellotto em *Arquivos Permanentes* são baseados na teoria de Schellenberg.¹ O valor probatório tem relação com o direito da coletividade, das pessoas físicas ou jurídicas; o informativo com pessoas, fatos ou fenômenos tidos por relevantes pela memória, em termos históricos (Bellotto, 2004).

De acordo com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, valor probatório é “valor intrínseco que permite a um documento de arquivo servir de prova legal”; e valor informativo é “valor que um documento possui pelas informações nele contidas, independentemente de seu valor probatório” (Camargo; Bellotto; Botani, 1996, p. 172;170).

Em análise, Erika Uhiara, colocou o diretor como

... um ferrenho crítico do despreparo das autoridades brasileiras que, dentre outros descasos com a memória histórica do país, permitiam que documentos oficiais fossem destruídos sem uma prévia seleção. Ademais, bibliotecas, museus e arquivos não recebiam orçamentos significativos (Uhiara, 2014, p.19)

A crítica do historiador, citada acima, é direcionada àqueles considerados responsáveis pela preservação e produção historiográfica, neste caso, ao Estados, as elites e a universidade. Assim, na nota liminar de *A Avaliação dos Documentos Públicos Modernos*, Rodrigues explica que

Infelizmente no Brasil ainda não se compreendeu que Arquivo Nacional é Arquivo da Nação, e não Arquivo do Poder Executivo, e que por isso deve conter a matéria permanente, em desuso, dos demais Poderes. No próprio Poder Executivo há Ministérios que constituem seus próprios arquivos de custódia permanente, pela inclinação de impedir as transferências, já que o Arquivo Nacional se subordina a um Ministério. (Rodrigues, 1959b, p.5)

O Arquivo Nacional era subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, assim Rodrigues apontou o problema, explicando quais foram as soluções dentro dos conceitos soviéticos e norte-americanos.

A legislação soviética criou o conceito da unidade dos arquivos governamentais, de acordo com qual todos os documentos produzidos ou conservados pela União constituem um acervo indiviso e único. [...] Para executá-las, em ambos os países, os Arquivos foram subordinados não a um Ministério, mas ao Soviete Supremo ou à Presidência da República, sendo nos Estados Unidos o Diretor dos Arquivos Nacionais nomeado pelo Presidente da República, com o parecer e consentimento do Senado, podendo dirigir-se diretamente ao Congresso. Só assim foi possível controlar totalmente a documentação federal, desde sua produção. Os arquivos correntes passaram, então, a subordinar-se aos Arquivos Nacionais, e estes representam um

¹ Esses conceitos encontram-se desenvolvida por Schellenberg em *Manual de Arquivos*, Bellotto no final da década de 1980 utiliza a tradução da série Publicações Técnicas em seu trabalho, o que pode indicar o impacto da série para arquivística moderna brasileira.

papel decisivo na eliminação ou retenção definitiva dos documentos de interesse permanente para a Nação (Rodrigues, 1959b, p.5).

Como dito, o problema administrativo de subordinação do Arquivo Nacional brasileiro impactou diretamente na gestão documental. Assim, Rodrigues analisou que “no Brasil, onde grande parte da própria documentação do Executivo não foi recolhida, ou é eliminada ao critério de seus conservadores, o futuro próximo fará surgir um grave problema” (Rodrigues, 1959b, p.5).

Para além da falta de estrutura no recolhimento dos documentos já existentes, Rodrigues observou no Brasil, assim como em outros países, o largo crescimento da produção documental e as adversidades que este acontecimento acarreta. Inspirados, ainda, no que ocorreu em outros países:

Acredito que no Brasil, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, a produção de documentos na condução e direção da República, tenha crescido assustadoramente, talvez em proporção maior que sua população, pela própria expansão das atividades do Governo e do Povo. O que fazer diante deste oceano de documentos públicos? Não é possível guarda-los todos, nem, como lembra o Professor Schellenberg, disponha a nação mais poderosa de meios para afrontar os custos de sua manutenção. Faltaria espaço, faltariam quadros técnicos, e a própria administração e os estudiosos não teriam interesse na conservação de papéis de mera significação presente. (Rodrigues, 1959b, p.5-6)

Os processos de seleção e eliminação do documento representam uma parte importante da delimitação do que se considera documento permanente, pois aqui é definido o que de fato será, futuramente, de potencial histórico. Rodrigues atuou no Arquivo Nacional no período de discussão da transferência da documentação do Rio de Janeiro, para a nova capital, Brasília, e demonstrou como o processo de gestão documental é importante nesse processo. O Arquivo Nacional não possuía a estrutura necessária para cuidar de toda a documentação paralisada na seleção; esse aspecto é também apontado.

Surgem, assim, os problemas da avaliação e da eliminação, a fim de que se retenham somente os documentos de valor permanente. A avaliação e a eliminação dos documentos públicos modernos vão se tornar prementes, para Administração e o Arquivo Nacional, agora, com a mudança para Brasília, pois várias repetições para só lembrar os documentos do Poder executivo, não desejaram levar para a nova capital massas de documentos em desuso, e tenderão a eliminá-los, sem critérios seguros de análise - o que é um perigo para o conhecimento futuro, ou a entregá-los ao Arquivo nacional, que não está em condições, de espaço e pessoal, para recebê-los e avaliá-los. Para isso seria necessário que o Arquivo Nacional possuísse depósitos, espécies de purgatórios ou limbos, onde os documentos fossem examinados e analisados, e decidida sua eliminação ou incorporação definitiva ao Arquivo Nacional. Estamos, assim, nestes próximos meses, diante deste dilema: a eliminação indiscriminada ou o recolhimento desordenado. (Rodrigues, 1959b, p.5-6)

Para Rodrigues, as circunstâncias acima apresentadas eram graves, refletiam diretamente na defesa e conservação dos documentos de interesse nacional. Esse problema não era recente. Como citado anteriormente, o recolhimento da documentação ocorreu de forma

indiscriminada durante muito tempo. Salvo a atuação de Machado Portela, que em seu relatório de gestão reconhecia "a diferença entre papéis de expediente (ativos, correntes, em uso) e os que deviam ser recolhidos (permanentes), propõe seleção e triagem, [...] estabelece um sistema de classificação" (Rodrigues, 1959a, p.20), o que mostra uma consciência sobre a noção documental, semelhante ao que posteriormente seria chamado de teoria das três idades. Para além disso, tinha clareza quanto à eliminação, ao defender que deveria haver uma escolha criteriosa dos papéis sem valor e que fosse enviada ao governo uma relação desses documentos para que se autorizasse sua venda ou inutilização, de modo a evitar o acúmulo de materiais que ocupassem espaço desnecessariamente (Rodrigues, 1959a).

Essa perspectiva de Portela, se repete nas direções seguintes até a posse de Escragnolle Doria, em 1917, quando os documentos deixaram de ser recolhidos. De acordo com Rodrigues após essa data a falta de orientação e o arbítrio dominaram. Já entre os anos de 1923 e 1938, na atuação de João Alcides Bezerra Cavalcanti, o recolhimento ocorreu de forma parcial e desordenada. Por fim, na administração anterior a de Rodrigues essa prática deixou de existir.

Sendo assim, a política proposta por Rodrigues é que nos arquivos ativos sejam selecionados os documentos de valor permanente; a análise desse valor só poderia ser executada de forma apropriada a partir de "conhecimento e preparo especiais, capazes de avaliar a essencialidade e efetividade permanente dos documentos" (Rodrigues, 1959a, p.23).

Assim, como já dito, com o intuito de sanar parte das carências técnicas-profissionais dos funcionários do Arquivo Nacional, que refletiam diretamente na difusão, políticas de preservação e recolhimento, em 1958, dentre outras medidas, José Honório Rodrigues apresentou a Turma de Publicações, a primeira equipe formal dedicada à atividade editorial, responsável pela difusão, publicações, compilados documentais e, inclusive, pelas Publicações Técnicas (Simões, 2013).

Essa iniciativa pretendia profissionalizar os funcionários do Arquivo Nacional, uma vez que "as duas últimas administrações [...] pareciam conceber o Arquivo Nacional como um cartório e uma secção de manuscritos históricos, como as das Bibliotecas"(Rodrigues, 1959a, p. 26). Se analisarmos a partir das concepções de Heloísa Liberallo Belloto,² a visão que se tinha dos arquivos e dos documentos até então era a que eles eram apenas de valor administrativos, estes "guardam os documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais durante o exercício de suas funções, e que vão sendo guardados

² A autora, que hoje é referência na arquivística nacional, para escrita de seu livro *Arquivos Permanentes: tratamento documental*, possui parcelas de seu embasamento teórico nos escritos de T. R. Schellenberg, parte deles traduzidos e difundidos por José Honório Rodrigues na década de 1950 e 1960.

orgânica e cumulativamente à medida que se cumprem as finalidades para as quais foram criados" (Bellotto, 2004, p.23).

Sobre a gravidade do problema da defesa e conservação dos documentos de importância para nação, Rodrigues explicou que

a direção do Arquivo Nacional decidiu pôr ao alcance da Administração e dos responsáveis pelos vários arquivos da Nação, êste estudo sôbre *A Avaliação dos Documentos Públicos Modernos*, escrito por uma das maiores autoridades mundiais da arquivística moderna, e dono de extraordinária experiência. Creio que, com êle, o Arquivo Nacional revela-se vigilante diante dêste problema atual, e concorre para esclarecer as autoridades públicas (Rodrigues, 1959a, p.6).

A partir disso, a ideia de Rodrigues era que, ao fornecer sugestões de critérios analíticos de avaliação, o Arquivo Nacional buscava impedir que apenas documentos considerados secundários fossem enviados aos arquivos, evitando, assim, que papéis de caráter político e econômico fossem excluídos do processo de recolhimento. O problema se agravou com a mudança para Brasília, como ele explica:

Se em simples mudanças ministeriais se repetem destruições desconhecidas, que dizer da mudança de todo um Govêrno, em conjunto, para o interior do país. Esperamos que a boa vontade dos detentores de papéis públicos se afirme em face dêste trabalho, que revela, com tanto método e critério, os valores dos documentos fundamentais que, em tôda parte, os Arquivos Nacionais procuram preservar para a Nação, para todos, os de hoje e os de amanhã, na defesa do bom grão da história, da permanência da administração e de suas realizações, das atividades e criações do povo, da fertilidade e da fecundidade dos dirigentes. Esse volume, do Professor Schellenberg ajuda a esclarecer os critérios de análise que deveram ser adotados, contra a solução niilista de tudo destruir para a seleção dos testemunhos que conceberam e construíram a nossa pátria (Rodrigues, 1959a, p.6).

Rodrigues apresentou esses e outros problemas encontrados no Arquivo Nacional ao longo dos escritos introdutórios para as Publicações Técnicas. Indicava, também, as soluções e as medidas possíveis de serem adotadas pela direção. Ao analisar esses dois aspectos conseguimos entender melhor as concepções de documento histórico.

Em a *Situação do Arquivo Nacional*, Rodrigues deixava claro que não possui a mesma visão das gestões anteriores acerca do assunto. Por mais que o Arquivo Público e Nacional possuísse sua função administrativa bem definida que "consistia na preservação, contrôle e meios de acesso dos documentos oriundos dos órgãos integrantes dos Poderes da União e das entidades privadas por ela instituídas" (Rodrigues, 1959a, p.26), ele entendia que não havia motivos para "crer que uns [documentos] são históricos e outros não, quando são todos de interêsse permanente, público e privado ou para a pesquisa histórica" (Rodrigues, 1959a, p.39).

As funções históricas e administrativas não são postas apenas na teoria, Rodrigues propôs medidas para que isso ocorresse efetivamente. Por isso, profissionais especializados para colocarem em prática uma boa política de recolhimento, seleção, eliminação, descrição e

catalogação eram essenciais para o eficaz funcionamento do Arquivo. Os registros de recolhimento, feitos antes da gestão de Rodrigues, são descritos como rudimentares, não continham os dados essenciais mínimos - como entrada, proveniência, volumes e datas – e dos vários recolhimentos, não se fizeram índices ou relações (Rodrigues, 1959a).

Além de, em suas concepções, mostrar parte da leitura sobre o equilíbrio dessa questão administrativa e histórica, também nos é apresentado, o valor histórico do documento. Quando Rodrigues discorreu sobre os acervos, meios de controle e busca, questionava como esse valor vinha sendo abordado até então. Uma vez que para ele "é a historicidade que lhe dá acesso ao Arquivo, e assim não há Secção Histórica, pois todos os documentos de custódia permanente são igualmente históricos"(Rodrigues, 1959a, p.38). Sua percepção se distancia das anteriores, expressando avanço e coerência.

A Secção Histórica passou a ser o fundamento do Arquivo Nacional na diretoria de Escragno Doria (1917–1922) e seguiu assim pelas duas gestões seguintes, conforme explicou Rodrigues.

Daí em diante distinguem-se os documentos históricos dos jurídicos, administrativos e legislativos, como se o Arquivo não devesse guardar e controlar todos os documentos de valor permanente, historicamente duráveis, fôssem ou não produzidos na direção dos negócios públicos legais, legislativos ou administrativos, ou originários de firmas ou pessoas, mas de interesse futuro indiscutível! (Rodrigues, 1959a, p.36).

Ou seja, para Rodrigues, a dicotomia entre documento histórico e documento administrativo de 3ª idade não existia. Logo, o documento histórico, na visão de Rodrigues não era a raridade ou o registro do fato relevante, o documento único e importante, mas o documento administrativo que, por seu valor probatório e informativo, atingia a terceira idade, sendo preservador por sua importância para a administração e para a sociedade, “assim, não são históricos apenas os documentos da Secção Histórica, mas todos os documentos do Arquivo Nacional, de custódia permanente” (Rodrigues, 1959a, p.36).

Essa ideia assemelha-se aos princípios atuais da Arquivística com relação à historicidade do documento. Em equivalência às considerações de Bellotto, de que "a história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativo" (Bellotto, 2004, p.27), deste modo, todo documento permanente tem valor histórico também para Rodrigues, como citado no parágrafo acima.

Todo esse pensar, teve impactos para além das políticas de recolhimento instituídas por José Honório. A partir da *Situação do Arquivo Nacional* e das Publicações Técnicas, as políticas de descrição, o organograma da instituição e na profissionalização dos funcionários do Arquivo, tiveram mudanças importantes e fundamentais para o melhor funcionamento da instituição.

Na apresentação de *Manual de Arquivos*, Rodrigues refez o panorama abordado em *A Situação do Arquivo Nacional*, acerca das gestões anteriores e das políticas de recolhimento – ou a ausência dela –, assim ele afirma que o resultado é complexo

Desserviui ao Arquivo, ao deixar ao desamparo a formação de seu pessoal. [...] o absoluto e total despreparo arquivístico e o atraso da instituição, que funcionava como um depósito, alheio à transformação e ao desenvolvimento dos grandes Arquivos mundiais, e como uma base de estudos eruditos, extremamente limitados a dois ou três campos de interesse do Diretor (Rodrigues, 1959c, p.7-8).

Foi a partir do seu conhecimento erudito, que Rodrigues pode identificar o problema de conceitos básicos da área que não eram considerados na instituição e chamou umas das maiores referências da Arquivística na época, para ajudar a sanar esse problema básico, mas que causava prejudiciais impactos no funcionamento do Arquivo Nacional.

Rodrigues, ao falar de Schellenberg dizia, “hoje é o grande teórico de um dos maiores Arquivos mundiais de custódia permanente, isto é, dos Arquivos Nacionais ou Públicos, que guardam, pela sua significação duradoura, histórica, os documentos fundamentais Nação”, mostrava que, foi a partir das teorias que “Schellenberg desenvolve, o mais compreensivo estudo dos princípios europeus e norte-americanos, e ensina como os arquivos em geral, devem preservar, arranjar e controlar os documentos de ontem e de hoje” (Rodrigues, 1959c, p.7-8). Podemos perceber que o próprio autor deixava claras as influências escolhidas ao profissionalizar o quadro técnico.

Ainda na apresentação de *Manual de Arquivos*, encontramos as pretensões de Rodrigues, para esse exemplar das Publicações Técnicas: “É nossa intenção distribuí-lo largamente aos arquivistas de todo o Brasil, como início de uma campanha pela modernização dos Arquivos Nacionais e pela elevação do nível técnico e cultural dos arquivistas brasileiros” (Rodrigues, 1959c, p.8). A partir dos indícios analisados, acreditamos que Rodrigues tinha esse desejo para toda a série Publicações Técnicas, e, talvez, para a Arquivologia brasileira.

Quando Michelet, aos 8 de novembro de 1930, penetrou pela primeira vez no Palácio Soubise e viu documentos amontoados até sob o peristilo das colunas quebradas, assim definiu o Arquivo Nacional: uma imensa necrópole. Foi esta, exatamente, a visão que tive do Arquivo Nacional ao assumir-lhe a direção. Espero que nunca mais ele volte a dar esta impressão a qualquer consulente ou visitante nacional ou estrangeiro. (Rodrigues, 1959c, p.8)

Rodrigues desejava fazer mudanças práticas no Arquivo Nacional que fossem exemplo para os arquivos de todo o país. Em diversas notas introdutórias, Rodrigues justificava a escolha do trabalho e seu esperado impacto.

Ainda sobre Schellenberg e sua atuação no Arquivo Nacional, em *Problemas do Arquivísticos do Governo Brasileiro*, Rodrigues disse que “desejávamos ouvi-lo, para

orientação do nosso plano de reformas [...] Nossa maior satisfação consiste na coincidência de seus pontos de vista com o que sustentamos n’*A Situação do Arquivo Nacional*, recentemente editado” (Rodrigues, 1960f, p.3). Acreditava, ainda que

êste trabalho poderá contribuir para ajudar-nos a enfrentar aquêle fantasma que cochicha aos ouvidos do Executivo e do Legislativo que o Arquivo é um depósito de papéis inúteis e mortos, quando êles preservam as provas das realizações dos Governos e do Povo, defendem seus direitos individuais dos cidadãos e especialmente guardam e conservam os documentos fundamentais da criação e do desenvolvimento da nossa Pátria. (Rodrigues, 1960f, p.4)

Os documentos permanentes de arquivos não são “papéis inúteis e mortos”, assim, observa-se que esta concepção errônea, descrita por Rodrigues, vigorava sob os documentos que deveriam estar sob guarda do Arquivo Nacional. Rodrigues trouxe conceitos técnicos elaborados e desenvolvidos acerca da importância, não só do valor histórico, mas também administrativo do documento e sua importância no funcionamento do Estado, na produção e no conhecimento histórico. Assim, “só as Nações amadurecidas sabem dar aos Arquivos o papel que lhes compete” (Rodrigues, 1960f, p.4).

Em *O Catálogo Coletivo Nacional das Coleções de Manuscritos*, Rodrigues mostrou a utilização que a publicação teria para as atividades do Arquivo Nacional,

A ideia foi aproveitada na Reforma do Arquivo Nacional e seu novo regimento (21 de novembro de 1958) cria um Serviço de Registro e Assistência, cuja a finalidade principal é realizar um Inquérito Nacional de Arquivos, que já estamos promovendo, organizar o Registro Nacional dos Arquivos Nacionais, preparar o Guia e organizar, para o futuro, o Catálogo Coletivo. Êste artigo relata a experiência americana, na tentativa de conseguir um objetivo tão almejado e tão difícil (Rodrigues, 1960c, p.3).

Foi dessa forma que Rodrigues construiu a profissionalização do quadro técnico, com teoria e prática. “Na fase de renovação material e técnica que atravessa o Arquivo Nacional nada é mais útil que a divulgação de normas técnicas de trabalho e organização” (Rodrigues, 1960d, p.3), em *Regras de Catalogação da Divisão de Documentos Departamentais*, as normas e técnicas, acerca dos documentos departamentais, desenvolvidas por Ken Munden, nortearam o trato com documentos públicos oficiais, principalmente dos Ministérios e Repartições. Além disso, Rodrigues abordou, brevemente, a mudança para Brasília, a ausência de técnica na antiga Secção Histórica e mostrou, ainda, como os documentos deveriam ser classificados nesta secção.

Como experiência vitoriosa êle [sobre o estudo traduzido] pode ajudar-nos a resolver a complexa situação do nosso acervo, assoberbada por anos de inocência técnica pelo crescimento normal, e o anormal dêstes anos de mudança governamental. A descrição global do material de arquivo terá que ser, por muitos anos o nosso caminho, e não o tratamento pormenorizado, que se tentou, sem êxito, por falta de técnica, na Secção Histórica (Rodrigues, 1960d, p.3).

Descrição é definida como o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”, (Camargo; Bellotto; Botani, 1996, p.67) assim Rodrigues percebeu que os mecanismos de descrição não estavam funcionando da melhor forma possível, impactava diretamente nas buscas e defasava a própria pesquisa histórica.

Contava com a experiência norte americana que aqui se divulga associada ao treinamento francês com que o Prof. Boullier de Branche dotou os nossos trabalhos dotou os nossos grupos de trabalho, poderá, ao fim de algum tempo, trazer uma solução que atenda adequadamente ao caso do Arquivo Nacional (Rodrigues, 1960d, p.3)

Em *O Registro Nacional de Manuscritos*, Rodrigues informou que a partir da aprovação do novo Regimento do Arquivo Nacional, foi criado o Serviço de Registro, com o objetivo de organizar o Registro Nacional de Arquivos. Sempre preocupado com a Arquivística e a pesquisa histórica, essa característica se repete ao longo dos escritos introdutórios. Nesse momento, não se falava explicitamente de documento histórico, mas é esse o pano de fundo da discussão que une as duas áreas.

Era uma velha aspiração nossa, defendida desde 1952 n'A Pesquisa Histórica no Brasil (Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro) e pela sua criação e organização lutamos agora, na Direção do Arquivo Nacional. O problema da organização do Catálogo Coletivo de Manuscritos é estudado no ensaio de Howard H. Peckham e a importância desta tentativa para as pesquisas históricas é assinalada por Bell Irvin Wiley. Divulgando estes estudos, espera o Arquivo Nacional não só colaborar no esclarecimento do problema arquivístico como alertar a consciência dos historiadores para a utilidade, para a pesquisa histórica, desta solução (Rodrigues, 1960e, p.5).

No prefácio de *Relatório Sobre o Arquivo Nacional do Brasil*, Rodrigues reforça as influências escolhidas: “quando assumimos a direção do Arquivo Nacional tínhamos a intenção de ouvir técnicos europeus e norte-americanos que pudessem ajudar-nos no estudo e planejamento da reforma da instituição” (Rodrigues, 1960g, p.5). Apresentava como Henry Boullier de Branche, auxiliou durante esse período de mudanças,

[...] o acordo cultural franco-brasileiro, o apoio do D.A.S.P, e da Embaixada da França facilitaram a vinda de Mr. Henry Boullier de Branche, [...] colaborou no Curso de Aperfeiçoamento de Arquivos e dirigiu um grupo de trabalho que preparou e organizou este Inventário Sumário da Secretaria da Marinha, que ora publicamos. (Rodrigues, 1960g, p.5)

Há semelhanças entre a análise feita por Branche e as apontadas em A Situação do Arquivo Nacional, assim como ocorreu com a vinda e o relatório de Schellenberg. Sobre as gestões anteriores e as defasagens, antes citadas, do Arquivo que buscavam sanar, acrescentou, após a vinda dos dois professores

[...] nosso intuito não foi e nunca o seria de desfazer pessoalmente de antigas administrações, e sim o de revelar, para obter o apoio oficial e público, a crítica situação do Arquivo que estes dois técnicos estrangeiros, desligados do ambiente 'e

dos personalismos, vêm confirmar. “Nenhum método científico de classificação parece ter sido seguido e os fundos não são respeitados”, escreve de Branche. A crítica que faz à formação coleções factícias, de que resultou a Seção Histórica, aos desmembramentos arbitrários, à falta de simbolização, às relações inutilizáveis, ao descontrôle e desconhecimento do acervo, à falta de pessoal treinado e preparado, confirma a veracidade do nosso retrato. (Rodrigues, 1960g, p.5)

Rodrigues se mostrou bastante decepcionado quando escreveu esse prefácio. Quando Branche escreveu o Relatório e foi auxiliar nos cursos de formação, deixou duas recomendações principais: a primeira seria formação dos quadros e organização do catálogo geral e a segunda seria o aumento do quadro de arquivistas. Foi nesse momento que Rodrigues mostrou-se profundamente desapontado em relação à falta de recursos para sanar um problema tão importante quanto o de pessoal habilitado, uma vez que, por exemplo, a primeira recomendação de Branche, dependia da segunda.

Rodrigues, explicou, então, de onde vinham os novos problemas com o quadro de funcionários que estavam se formando nos cursos do Arquivo Nacional, no ano anterior, já aqui citados.

Enquanto não se aumentam os quadros, o recurso tem sido utilizar o grupo formado pelo Professor Branche, nas aulas práticas e teóricas, através da subconsignação 1.6.13 - Serviços Educativos e Culturais, do Orçamento da República, depois de aprovado, pelo senhor Presidente da República, o Plano de Aplicação. Os serviços são, então, avulsos e esporádicos. Não criando emprêgos, não permitindo o ingresso do pessoal que os nossos Cursos preparam à custa dos dinheiros públicos. Mas ainda, assim, como varia constantemente a jurisprudência do Tribunal de Contas, dando ou não o registro dos adiantamentos para retribuição dêste pessoal mediante recibo, são freqüentes as paradas das tarefas, apesar da inadiável necessidade do serviço e da existência de dotação orçamentária. A conseqüência é que tendo um quadro ridículo (3% do total insignificante de 463 arquivistas federais, ou seja, 14) e não sendo possível aumentá-lo senão através de mensagem presidencial a ser aprovada pelo Congresso, e não podendo contar com os serviços esporádicos e avulsos do pessoal treinado e preparado pelos cursos, fica o Arquivo Nacional reduzido à imobilidade, apesar da gravidade da sua situação. Outros problemas nacionais mais urgentes clamam por soluções imediatas, mas é meu dever cuidar dêste e alertar o país sobre êste e não sobre outros (Rodrigues, 1960g, p.6).

Não por menos, Rodrigues escreveu nesse tom decepcionado, o esforço da direção em profissionalizar o quadro técnico, que era um dos principais problemas do Arquivo, não estava refletindo de forma benéfica ao Arquivo Nacional,

Dêste modo, a conclusão angustiosa é que os cursos estão preparando, com o dinheiro público, pessoal para as emprêsas privadas que dia a dia vêm que se é possível dirigi-las sem bibliotecas não o é sem bons e bem organizados arquivos. O Governo parece desatento à necessidade de arquivos eficientes, que supram a administração de documentos capitais e decidam grandes interesses econômicos privados ou públicos. (Rodrigues, 1960g, p.7)

Sem ser possível cumprir as recomendações de Branche, “resta-nos o consôlo de que êle colaborou conosco, sentiu o problema, apontou a solução e acreditou que um dia possa o

Arquivo Nacional ser uma instituição modelar” (Rodrigues, 1960g, p.7). Rodrigues não desistiu e depositou suas expectativas nas Publicações Técnicas, como exemplificado no trecho da apresentação de *As transferências dos documentos das prefeituras para os arquivos departamentais*: “Como não possuímos um quadro altamente capacitado e treinado de arquivistas nacionais, estaduais e municipais, creio que a divulgação desta literatura técnica pode ajudar teórica e praticamente a organização e controle dos arquivos municipais do Brasil”. (Rodrigues, 1960a, p.5-6)

A ideia foi que a tradução da obra de Henri Charnier auxiliasse na transferência dos arquivos correntes das prefeituras, pois, além dessa ter sido a primeira tradução acerca do assunto, existiam “numerosos municípios no Brasil, com arquivos abandonados ou descontrolados, nos leva-a considerar atentamente a necessidade de assisti-los tènicamente, como determina o novo Regimento do Arquivo aprovado em novembro de 1958” (Rodrigues, 1960a, p.5-6). Era uma característica de Rodrigues sempre remeter-se ao Regimento de 1958 ao longo da sua parte para as Publicações Técnicas. Acreditamos que, sabedor da importância de um aparato jurídico adequado, Rodrigues, ao elaborar este regimento, havia pontuado as reformas que desejava realizar no Arquivo Nacional.

Retomando o aspecto da formação de pessoal, Rodrigues salientava em seu projeto a importância da visão histórica para o arquivista, além do conhecimento das técnicas modernas da Arquivologia. Este era o seu objetivo com a tradução de *Os Arquivos e as Modernas Pesquisas Econômicas e Sociais*, em cujo prefácio explicou que “na formação do arquivista procura-se dar-lhe maior visão da história social e econômica” (Rodrigues, 1960h, p.5). Outra opinião relevante era a visão vanguarda de Rodrigues sobre o impacto da revolução tecnológica que ocorreu a partir da segunda metade do século XX.

Os problemas que as técnicas modernas, eletrônicas especialmente, estão apresentando, não são comparáveis às que a aparição da máquina de escrever ou do microfilme fizeram surgir. [...] O nosso crescimento econômico pode e deve ser acompanhado por uma correlata formação de quadros técnicos e de utilização das técnicas modernas. Creio, assim, que este trabalho abre novas perspectivas no campo da documentação e da arquivística e por isso mesmo merecia ser divulgado, em língua portuguesa. O Sr. R. Marquant presta aos arquivistas brasileiros um enorme e prestimoso serviço (Rodrigues, 1960h, p.6).

Em *O arquivista inglês: uma nova profissão* temos uma parte importante. Jenkinson fora, “uma grande autoridade para definir para os arquivistas brasileiros a profissão que escolheram”, durante muitos anos Diretor do Arquivo Nacional da Inglaterra e Vice-Presidente de Honra do Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, assim “ganhou reputação universal no meio erudito como um competente e esclarecido estudioso da

arquivística” (Rodrigues, 1960b, p.5). Ao apresentar a obra do autor, Rodrigues também abordou alguns assuntos em relação ao documento,

E uma iniciação feita com bastante fluência, certo encanto e gôsto literário, qualidades raras nos manuais de arquivo. Afim de mostrar, por exemplo, a inesperada valorização documental, Sir Hilary Jenkinson revela como uma conta apresentada e guardada no Tribunal de Contas pôde fornecer-nos a cronologia da **Comedy of Errors** de Shakespeare; aponta a imaculabilidade da acumulação de arquivos, num crescimento geométrico em relação ao da população (Rodrigues, 1960b, p.5).

Rodrigues demonstrou uma percepção em relação ao aumento de documentos. Há aqui dois processos que se comunicam para que isso ocorra na década de 1960. Um é o aumento do volume de documentos de forma explosiva, chamado explosão documental. Outro é um novo conceito de documento, vinculado aos *Annales*, a revolução documental.

Interessante pensar que Rodrigues acaba buscando tratar das duas coisas: revalorizar e reconceituar o documento histórico/de 3ª idade e estabelecer os parâmetros técnicos para lidar com o volume crescente de documentos produzidos pela administração pública. O trecho anteriormente citado, mostrava sua consciência acerca dos impactos das técnicas eletrônicas modernas, tanto em quantidade, quanto em políticas de gestão desses novos documentos.

E ao dizer “a inesperada valorização documental” e “pôde fornecer-nos a cronologia”, percebemos que o estudo e análise dos documentos têm que ser valorizado por alguém, para então fornecer as informações histórica. Rodrigues continuou sobre a obra traduzida:

Faz sobressaírem, assim, os valores ilimitados e imprevisíveis dos documentos dos Arquivos. Estuda as necessidades da formação técnico-profissional e as matérias de ensino indispensáveis, algumas de menor importância na América, onde não possuímos documentos medievais, que exigem maior conhecimento de paleografia, diplomática e latim. Felizmente podemos desde já evitar os erros que cometemos no ensino da história com o excesso de medievalismo (Rodrigues, 1960b, p.5).

Rodrigues aqui demonstra, novamente, sua preocupação em valorizar os documentos, e que isso deve ser feito por alguém, assim

Para a manutenção e defesa dos documentos exige Sir Hilary a mais rigorosa fiscalização, contando o caso passado com o Duque de Rutland nomeado membro do Public Records quando sua casa foi depositária de documentos públicos: o que nos serve como lição, pois foi e é comum considerarem Poderes, Ministérios e Ministros, desde o Império, como propriedade sua, os arquivos Nação, que como tais deveriam ser recolhidos ao Arquivo Nacional e não constituírem arquivos históricos autônomos (Rodrigues, 1960b, p.5).

Rodrigues valorizava acesso público aos arquivos, considerava que estes deveriam ser o local de guarda da documentação administrativa e histórica da Nação. Isso é reafirmado em

Temos, assim, a imensa satisfação de editar oficialmente, numa iniciativa pública e federal, para o preparo de nossos quadros técnicos, o grande livro [...] entre as obras fundamentais da arquivística moderna. Creio que este livro, ao lado do Manual da Avaliação dos Documentos Públicos Modernos, ambos de T. R. Schellenberg, da Significação dos Arquivos Econômicos, por Bertrand Gille e Oliver W. Holmes, dos

Arquivos e as Modernas Pesquisas Econômicas e Sociais de R. Marquant e, finalmente, dos dezenove folhetos mimeografados, constitui a primeira biblioteca arquivística de toda a América Latina. Já contam os arquivistas brasileiros e os latino americanos, capazes de ler o português, com material próprio para sua formação e aperfeiçoamento, por iniciativa do Arquivo Nacional do Brasil (Rodrigues, 1960f, p.6).

Todo esse pensar, teve impactos para além das políticas de recolhimento instituídas por José Honório. A partir da *Situação do Arquivo Nacional* e das Publicações Técnicas, as políticas de descrição, o organograma da instituição e na profissionalização dos funcionários do Arquivo tiveram mudanças importantes e fundamentais para o melhor funcionamento da instituição.

Como exemplificado nas fontes analisadas, apresentações, prefácios e notas preliminares das Publicações Técnicas, os elementos constitutivos da concepção de documentos histórico de Rodrigues podem ser encontrados nas entrelinhas.

Todo movimento de reorganização e modernização dentro do Arquivo Nacional, impactou em como os documentos eram geridos na instituição, por consequência na pesquisa histórica, uma vez que o acervo organizado, bons mecanismos de busca, o cuidado com a série e difusão são essenciais para facilitar a pesquisa e o estudo do documento histórico.

Em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, Rodrigues fez uma discussão acerca do documento histórico. Claramente, se pauta em conceitos jurídicos do que é um documento,³ para defini-los, em um primeiro momento, visto sua influência vinda do Direito. Explicou um dos erros principais relacionados ao documento histórico no Arquivo Nacional: “O erro pífio de técnica histórica consistia na confusão de fontes históricas tão diferentes - restos e vestígios e documentos escritos - e na unidade da defesa, que exigia métodos diversos” (Rodrigues, 1959a, p.127).

A primeira seleção que define o documento histórico de arquivo é a passagem do corrente para o permanente. Assim, ainda alguém teve de definir esses critérios. Rodrigues continuou

O registro, o reconhecimento da firma, as formalidades impostas pela lei na produção das provas não merecem muito historicamente; podem, no máximo, presumir-se autênticas. Mas a recriação histórica faz-se não só com peças autênticas, mas fidedignas e verdadeiras nas suas afirmações. De documentos privados, como memórias, relatórios, relações, cartas, diários, papéis comerciais, destituídos de qualquer formalidade jurídica, considerados autênticos pelo exame paleográfico e diplomático, podem-se extrair informações indiscutivelmente verdadeiras (Rodrigues, 1959a, p.149).

³ Conceitos muito semelhantes ao encontrados em *A PROVA CIVIL: Parte Geral – O Conceito Jurídico da Prova*, de Francesco Carnelutti, publicado em 1915. Não seria difícil Rodrigues ter entrado em contato com esta obra durante o curso de direito.

Rodrigues possuía uma definição ampla e completa de documentos históricos, como já exemplificado. Para ele, no trabalho historiográfico, a crítica e a análise documental eram essenciais. O problema do Arquivo Nacional era de que ao não cumprir sua função de recolhimento, seleção, eliminação, classificação e catalogação, inviabilizava a crítica documental necessária para o trabalho historiográfico e, então, não importava se o documento era considerado, nos fundos antes bagunçados do arquivo, jurídico, histórico, administrativo ou legislativo, sem as informações o trabalho de análise e crítica fica muito mais difícil.

Rodrigues então define

É a durabilidade ou permanência de seu valor que garante ao documento sua entrada e atenção no arquivo. É a historicidade que lhe dá acesso ao Arquivo [...] é bom que o administrador de Arquivos Nacionais ou públicos reconheça que todos os documentos merecem a mesma atenção, pois todos são igualmente históricos, permanentes, de durabilidade imprevisível (Rodrigues, 1959a, p.39).

No Prefácio de *Documentos Públicos e Privados: Arranjo e descrição*, de 1963, ele esclareceu como se sentiu em relação as Publicações Técnicas. Entretanto, ninguém melhor que o próprio José Honório Rodrigues, com toda sua maestria, para explicar o impacto quase imediato das Publicações Técnicas, no Brasil e no exterior, deixamos em Anexo 1 a nota liminar da última publicação técnica durante sua gestão. No ano seguinte, em 1964, Rodrigues não era mais o diretor.⁴

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que, para Rodrigues, o valor do documento permanente, ou documento histórico, corresponde ao que se utiliza atualmente: valor probatório ou valor informativo, que justifica a guarda permanente de um documento no arquivo, também chamado de valor arquivístico ou valor histórico (Camargo; Bellotto; Botani, 1996). Essa definição valida-se dentro do âmbito da política de arquivos, defendida por Rodrigues enquanto diretor do Arquivo Nacional, pensada a partir de critérios técnicos.

Ao analisarmos como Rodrigues compreende o documento histórico enquanto historiador - ainda que essa separação seja apenas explicativa -, observamos uma definição mais ampla de fontes, como demonstra em *A Pesquisa Histórica no Brasil*, na quarta parte da obra *Fontes da História Moderna e Contemporânea*, ao incluir documentos econômicos e sociais, documentos diplomáticos e consulares, documentos públicos, jornais, revistas, periódicos,

⁴ Não se conseguiu, ao longo da pesquisa, descobrir o motivo da saída de Rodrigues.

filme, história e literatura. Nem todos esses documentos são documentos permanentes de arquivo mas todos podem, em determinadas condições, adquirir valor histórico.

No contexto do Arquivo Nacional, a profissionalização se tornou essencial porque o documento precisava ser tratado com técnica e método arquivístico — independentemente de seu valor administrativo ou histórico imediato. Sem uma política consistente de recolhimento, seleção, eliminação, classificação e descrição, o trabalho historiográfico se inviabiliza, pois fica prejudicado o acesso às informações necessárias para a crítica documental (Camargo; Bellotto; Botani, 1996).

Assim, a trajetória de Rodrigues e sua formação intelectual influenciaram diretamente sua prática administrativa e teórica. Seu contato com conceitos modernos da Arquivística e com debates historiográficos internacionais permitiu que ele reconhecesse a importância do arquivo como instrumento fundamental para a pesquisa histórica. Como diretor do Arquivo Nacional, conseguiu trazer essa renovação ao Brasil, adaptando princípios internacionais à realidade nacional e inaugurando as bases para o desenvolvimento da Arquivologia brasileira.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. FGV editora, 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli; BOTANI, Aparecida Sales Linares. **Dicionário de terminologia arquivística**. Associação dos Arquivistas Brasileiros-Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959a.

RODRIGUES, José Honório. Apresentação. In: CHARNIER, Henri. **As Transferências dos Documentos das Prefeituras para os Arquivos Departamentais**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960a.

RODRIGUES, José Honório. Apresentação. In: JENKINSON, Hilary. **O arquivista ingles: uma nova profissão**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960b.

RODRIGUES, José Honório. Apresentação. In: LAND, Robert H. **O Catálogo Coletivo Nacional das Coleções de Manuscritos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960c.

RODRIGUES, José Honório. Apresentação. In: MUNDEN, Ken. **Regras de Catalogação da Divisão de Documentos Departamentais**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960d.

RODRIGUES, José Honório. Apresentação. *In*: PECKHAM, Woward H.; WILEY, Bell Irvin. **O Registro Nacional de Manuscritos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960e.

RODRIGUES, José Honório. Apresentação. *In*: SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Problemas Arquivísticos do Governo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960f.

RODRIGUES, José Honório. Nota Liminar. *In*: SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **A Avaliação dos Documentos Públicos Modernos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959b.

RODRIGUES, José Honório. Nota Liminar. *In*: SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Manual de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959c.

RODRIGUES, José Honório. Prefácio. *In*: BRANCHE, Henry Boullier de. **Relatório Sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960g.

RODRIGUES, José Honório. Prefácio. *In*: MARQUANT, Robert. **Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960h.

SIMÕES, Mariana. **José Honório Rodrigues, a turma de publicações e as publicações técnicas do Arquivo Nacional**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

UHIARA, Érika. **Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira**. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista, 2014.

ANEXO 1

QUADRO COM AS PUBLICAÇÕES TÉCNICAS DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Publicações Técnicas do Arquivo Nacional			
Ano	Autor	Título	Participação de JHR
1959	National Archives - EUA	O preparo de inventários preliminares	Apresentação
1959	SHELLENBERG, Theodore Roosevelt	Princípios de arranjo	Apresentação
1959	LEVON, Jacques; MANDY, Jaqueline	A seleção dos arquivos e a transferência dos documentos	Apresentação
1959	POSNER, Ernest	Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa	Apresentação
1959	DUCHEIN, Michel	A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos	Apresentação
1959	FILANGIERE, Riccardo	Os arquivos privados	Apresentação
1959	RODRIGUES, José Honório	A situação do Arquivo Nacional	Autor
1959	HOLMES, Olivier W.; GILLE, Bertrand	A significação dos arquivos econômicos	Apresentação
1959	SHELLENBERG, Theodore Roosevelt	A avaliação dos documentos públicos modernos	Nota liminar
1959	SHELLENBERG, Theodore Roosevelt	Manual de Arquivos	Nota liminar
1960	CRURCH, Randolph W.	Os arquivos públicos e as bibliotecas	Apresentação
1960	BAHMER, Robert H.; POSNER, Ernest	Os Arquivos Nacionais dos Estados Unidos	Apresentação
1960	SHELLENBERG, Theodore Roosevelt	O preparo de listas de maços de documentos	Apresentação
1960	SHELLENBERG, Theodore Roosevelt	Problemas arquivísticos do governo brasileiro	Apresentação
1960	MADY, J.; BAUTIER, Robert-Henri	Os arquivos e os documentos públicos modernos	Apresentação
1960	SAINT BLANQUAT, Odon	O problema das transferências nos arquivos das grandes cidades	Apresentação
1960	LAND, Robert H.	O catálogo coletivo nacional das coleções de manuscritos	Apresentação
1960	MUNDEN, Ken	Regras de catalogação da Divisão de Documentos Departamentais	Apresentação
1960	PECKHAM, Woward H.; WILEY, Bell Irvin	O registro nacional de manuscritos	-

1960	GARRISON, Curtis W.; ARBAUCH, Dorothy	Coleções de manuscritos, documentos de arquivo e filmes	-
1960	BRANCHE, Henry Boullier de	Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil	Prefácio
1960	CHARNIER, Henri	As transferências dos documentos das prefeituras para os arquivos departamentais	Apresentação
1960	JENKINSON, Hilary	O arquivista inglês: uma nova profissão	Prefácio
1960	MARQUANT, Robert	Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais	Prefácio
1960	MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adrian; FRUIN, R.	Manual de arranjo e descrição de arquivos	Prefácio
1963	SABBE, Etienne	Os Arquivos de Estado	Apresentação
1963	SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt	Documentos públicos e privados: arranjo e descrição	Nota liminar

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Recebido/ Received: 11/09/2025

Aceito/ Accepted: 21/10/2025

Publicado/ Published: 11/11/2025